

Comunicado N.º 10/2026 - 05 de maio de 2026.

Ref. **Informativo bimestral** do
CAO Patrimônio Público e
Terceiro Setor.

O Centro de Apoio de Defesa do Patrimônio Público e Terceiro Setor traz os **destaques das atividades realizadas nos meses de março e abril de 2026**.

Consultas Jurídicas

1. [Consulta 06/2026](#): Prestação de contas de prefeito. Irregularidades apontadas pelo TCE-PE por inconsistências. Necessidade de dolo para a caracterização do ato ímprobo na LIA, não bastando mera irregularidade ou ilegalidade, irregularidades por inabilidade, deficiência ou descuido. A revogação de incisos do art. 11 e a taxatividade atual não alteram a tipicidade de atos ímprobos previstos em legislação esparsa. Programa Controle Eficaz.
2. [Consulta 07/2026](#): Suposta prática de nepotismo de prefeito: nomeação de cunhada para cargo administrativo e contratação da empresa do irmão por licitação. Indícios de violação da moralidade administrativa. Necessidade de dolo para a caracterização do ato ímprobo na LIA.
3. [Consulta 08/2026](#): Organização criminosa estruturada, atuando em seis municípios, supostas fraudes em licitações, uso de empresas de fachada e laranjas para simular competição, com lucros divididos de forma sistemática. Indícios de lavagem de dinheiro e uso de bens de luxo para ocultação patrimonial. Necessidade de rastreio financeiro e atuação integrada. Uso de ferramentas de inteligência. Iniciativa Contrato em Foco. Sistema Pandora.
4. [Consulta 09/2026](#): Regularidade do estatuto social de Fundação de Direito Privado. Velamento do Ministério Público na fiscalização disciplinada, em âmbito nacional, pela Resolução CNMP n.º 300/2024 e, no âmbito do Ministério Público, pela Resolução PGJ n.º 14/2025. Cards informativos do CAO acerca do acompanhamento das fundações privadas.
5. [Consulta 10/2026](#): Acumulação de cargos: agente comunitário de saúde e técnico de enfermagem em empresa privada. Lei Federal n.º 14.536/2023, que classificou formalmente os agentes de saúde como profissionais de saúde. Embora não haja um limite máximo de 60 horas semanais, é imprescindível a compatibilidade de horários e a ausência de sobreposição de turnos. Verificação casuística das folhas de ponto para garantir a prestação efetiva dos serviços.
6. [Consulta 11/2026](#): Instituição de Fundação de Direito Privado focada em radiodifusão educativa. Suficiência da dotação inicial para sustentar as atividades da entidade. Apontamento de lacunas técnicas no estudo de viabilidade apresentado, como falta de cronogramas detalhados e de projeções financeiras robustas. Necessidade de comprovar a transferência do patrimônio inicial e assegurar que o modelo de captação de recursos não desvirtue a natureza não lucrativa da fundação.

Por oportuno, importante destacar que as consultas jurídicas elaboradas pelo CAO visam subsidiar o entendimento da Promotoria Consulente, considerando as competências específicas de cada órgão do MPPE.

Logo, por se tratar de suporte técnico não vinculativo e sujeito a outras interpretações jurídicas, **deve ser de uso estritamente interno, sem ser juntada ao procedimento**, pois apenas apresenta uma possível interpretação ao membro do Ministério Público, cabendo ao órgão de execução analisar as provas e tomar as providências cabíveis, inclusive quanto à responsabilização.

Material de Apoio

1. [Nota Técnica 02/2026](#): Diretrizes para pesquisa de preços, economicidade e gestão de risco em contratações de apresentações artísticas nos festejos juninos (exercício 2026).
2. [Nota Técnica 03/2026](#), Diretrizes para a fiscalização do cumprimento da ordem cronológica de pagamentos nas contratações públicas, fundamentada na Lei n.º 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos) e na Resolução n.º 244/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE). E material de apoio relacionado ao tema ([aqui](#)).
3. [LIA Anotada](#): Elaborada para facilitar o estudo das novas disposições da Lei n.º 8.429/92, reúne e categoriza decisões proferidas desde a publicação da Lei n. 14.230/21, contendo as decisões categorizadas por dispositivo legal de influência. Sendo a última atualização realizada em 16/03/2026.
4. [Fundações](#): Modelos de Portaria de Instauração - Instituição de Fundação e Alteração Estatutária - de acordo com a Resolução CNMP N.º 300/2025 e PGJ N.º 14/2025.
5. [Rota MPPE - Garanhuns](#): Compilação de jurisprudência e notas temáticas com foco na Lei de Improbidade Administrativa, abordando principalmente a necessidade de dolo específico e temas relacionados.
6. [Fiscalização Parlamentar](#):
 - a)  1. NOTA TÉCNICA CONJUNTA 01-2025 - CAO's Saúde e Patrimônio Público - FIS...
 - b)  2. RECOMENDAÇÃO CONJUNTA - PJs saúde e patrimônio público - câmara.docx
 - c)  3. RECOMENDAÇÃO - PJ patrimônio público - vereador.docx
 - d)  4. ACP obrigação não fazer - vereador.docx
7. Modelos disponíveis no Drive:
 - a)  2026. MPPE. Apelação. Violação LRF. Ausência de Estudo de Impacto. Natureza...
 - b)  MPPE. AIA - Enriquecimento ilícito e atentado princípios - LIA e Lei Eleições.doc
 - c)  MPPE. Indisponibilidade de bens - Inconstitucionalidade e inconveniência...
 - d)  MPRS - Ação Civil Pública - Abandono de Plenário do Júri.doc

Ressaltamos, ainda, que este Centro de Apoio seguirá acompanhando o posicionamento dos Tribunais e da doutrina na temática da defesa do patrimônio público e terceiro setor, atualizando os materiais disponíveis no [Drive](#).

Hodir Flávio Guerra Leitão de Melo
Coordenador do Patrimônio Público e Terceiro Setor